

ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE A PRESENÇA DA COMUNICAÇÃO POPULAR E COMUNITÁRIA NOS MOVIMENTOS SOCIAIS E POPULARES DO ESTADO DO PARANÁ

[EXPLORATORY STUDY ON THE PRESENCE OF POPULAR AND COMMUNITY COMMUNICATION IN SOCIAL AND POPULAR MOVEMENTS IN PARANÁ STATE]

Rozinaldo Antonio Miani
Universidade Estadual de Londrina

72

Resumo: No contexto de um projeto integrado de pesquisa e extensão em desenvolvimento na Universidade Estadual de Londrina (UEL), foi realizado um primeiro estudo exploratório sobre a realidade dos movimentos sociais e populares no estado do Paraná, bem como uma primeira observação a respeito das práticas comunicativas desenvolvidas pelos referidos movimentos. O estudo exploratório compõe o primeiro passo de um projeto que visa conhecer, compreender e analisar a atualidade da presença da comunicação popular e comunitária nos movimentos sociais e movimentos populares no Paraná para, posteriormente, contribuir na construção de políticas de comunicação para os movimentos populares. O objetivo deste artigo é apresentar as primeiras impressões e constatações resultantes do referido estudo exploratório.

Palavras-chave: comunicação popular e comunitária; Paraná; movimentos sociais.

Abstract: In the context of an integrated project of research and extension in development at the State University of Londrina (UEL), it conducted a first exploratory study on the reality of the social and popular movements in the state of Paraná, as well as a first observation about the communicative practices developed by these movements. The exploratory study forms the first step of a project to know, understand and analyze the relevance of the presence of popular and community communication in social movements and popular movements in Parana to then contribute to building communication policies for popular movements. The objective of this paper is to present the first impressions and findings resulting from such exploratory study.

Keywords: popular and community communication; Paraná; social movements.

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre a comunicação no contexto dos movimentos sociais, de modo geral, e dos movimentos populares e sindicais, de modo específico, têm sido o principal eixo de atuação científico-acadêmica ao longo de toda a nossa trajetória política e profissional. Antes mesmo de assumir a tarefa e o compromisso como pesquisador, nossa atuação como comunicador popular, e mais especialmente, como jornalista sindical, já colocava o desafio de compreender a importância da comunicação junto às organizações e movimentos sociais de natureza contra-hegemônica, e mais do que isso, de efetivá-la como uma estratégia política fundamental para o cumprimento dos objetivos programáticos dos respectivos movimentos e organizações.

Como pesquisador, a tarefa de conhecer e analisar as diversas experiências e práticas comunicativas produzidas pelos movimentos sociais e populares foi impulsionada pela elaboração e realização de projetos de pesquisa ou de extensão universitária. Atualmente, está em desenvolvimento um projeto integrado de pesquisa e extensão, cadastrado junto à Universidade Estadual de Londrina (UEL), sob o título “O papel estratégico da Comunicação Popular e Comunitária nos processos de organização e mobilização dos movimentos populares no estado do Paraná” que tem como objetivo “conhecer e analisar a realidade sociopolítica dos movimentos sociais e movimentos populares do Paraná e suas respectivas práticas comunicativas, bem como contribuir na elaboração e produção de práticas comunicativas que possibilitem o desenvolvimento de políticas de comunicação para os movimentos populares e suas organizações de articulação sociopolítica” (MIANI, 2013, p. 15).

Considerando tratar-se de um projeto integrado, as demandas iniciais exigiam um intenso esforço de pesquisa bibliográfica e também de um amplo conhecimento da realidade sociopolítica em relação aos movimentos sociais e populares no estado do Paraná. Esse esforço permanente, no que se refere a uma compreensão teórico-conceitual de movimento social e movimento popular, vem ocupando de maneira importante as ações do coletivo de pesquisadores e estudantes envolvidos com o

projeto. Apresentaremos inicialmente, neste artigo, uma breve sistematização preliminar do aprofundamento teórico realizado.

Ainda como demanda específica da atividade de pesquisa, vimos realizando um mapeamento da realidade sociopolítica das organizações sociais do Paraná, bem como de sua produção comunicativa, por meio de um primeiro estudo exploratório. As impressões e constatações resultantes do referido estudo exploratório serão descritas e analisadas e compõem o principal objetivo deste artigo.

Justificamos de antemão as incompletudes e os possíveis equívocos apresentados nesta análise, pois ela resulta de um processo complexo e inacabado que, inclusive, pressupõe uma posterior intervenção sociopolítica junto aos movimentos populares que se dará “por meio de oficinas de comunicação popular e comunitária, e atuação junto aos dirigentes e lideranças dos movimentos populares no estado do Paraná, no sentido de fortalecer a compreensão da importância da comunicação em suas ações programáticas” (MIANI, 2013, p.16).

74

MOVIMENTOS SOCIAIS E MOVIMENTOS POPULARES: DOS CONCEITOS À RECONFIGURAÇÃO ORGANIZATIVA ATUAL

O tema dos movimentos sociais e movimentos populares tem presença importante no âmbito das Ciências Sociais; porém, o campo da Comunicação ainda carece de uma apropriação mais contundente e consistente da especificidade desta forma de organização social como produtora de práticas comunicativas. Como consequência dessa carência, há uma grande lacuna de estudos sobre a comunicação nos movimentos sociais. Justamente por isso, para compreender o fenômeno dos movimentos sociais temos que buscar na área da Sociologia Política as principais referências para nossa discussão.

Tomamos como ponto de partida para debater o conceito de movimentos sociais a definição apresentada e desenvolvida por Ilse Scherer-Warren (1984) quando se propôs realizar um ensaio de interpretação sociológica sobre o tema. Há vários

autores que poderiam ser aqui tomados como referência para discutir e aprofundar o assunto, porém insistiremos na definição apresentada por Scherer-Warren que define movimentos sociais:

[...] como uma ação grupal transformadora (a práxis) voltada para a realização dos mesmos objetivos (o projeto), sob a orientação mais ou menos consciente de princípios valorativos comuns (a ideologia) e sob uma organização mais ou menos definida (a organização e sua direção) (SCHERER-WARREN, 1984, p. 20).

Essa construção conceitual segue uma perspectiva político-ideológica que reconhece nos movimentos sociais a sua efetiva contribuição na produção transformadora do social. Para além de resgatar a trajetória científica desenvolvida no interior da Sociologia para a construção do conceito de movimento social, a conjuntura sócio-histórica e as próprias experiências concretas dos movimentos sociais que se desenvolveram no Brasil no final da década de 1970 e início da década de 1980, certamente, subsidiaram as reflexões de Scherer-Warren que tinha como objetivo em seus estudos, até então, “chegar a uma maior compreensão a respeito do agir de grupos sociais em suas buscas da libertação social” (SCHERER-WARREN, 1984, p. 8). A referida autora, em suas primeiras incursões sobre o universo dos movimentos sociais, não pretendeu apresentar um estudo detalhado das diferenças entre os diversos movimentos sociais, mas, tão somente, apresentar uma reflexão que pudesse oferecer uma visão genérica de tais organizações sociopolíticas.

A partir de uma perspectiva mais engajada, coube a Euclides André Mance (1991), no contexto de elaboração de subsídios teóricos para contribuir no processo de discussão de lideranças populares e posterior construção de uma organização nacional de articulação dos movimentos populares - trata-se, aqui, da Central de Movimentos Popular (CMP) -, oferecer uma excelente demarcação conceitual para movimentos sociais. Afirmou o autor:

O termo MOVIMENTOS SOCIAIS normalmente tem sido empregado abrangendo desde as lutas dos sindicatos, das associações de

moradores, movimentos de mulheres, negros, enfim, caracterizando mobilizações de parcelas da sociedade civil, de grupos sociais, que, duradoura ou momentaneamente, se organizam a fim de conquistar determinados objetivos, determinados interesses coletivos, fazendo da pressão sua dinâmica de luta mais comum e usual, não tendo vínculos estruturais com órgãos governamentais. Contudo, este conceito abrangeria indistintamente movimentos populares ou da burguesia, dos trabalhadores ou da classe dominante (MANCE, 1991, p. 3).

Como desdobramento de sua reflexão, Mance apresenta uma definição para movimentos populares que se tornaria a principal referência para o estabelecimento das bases teóricas de criação da Central de Movimentos Populares, ocorrida em outubro de 1993, que, à época, se apresentava como a principal conquista político-organizativa das classes trabalhadores desde a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) dez anos antes, em 1983. Para Mance,

O termo MOVIMENTOS POPULARES por sua vez, caracteriza uma parcela dos movimentos sociais. Este conceito não abrange o movimento sindical, englobando os demais movimentos que tenham nas camadas populares seu sujeito e sua base de constituição. Por camadas populares entende-se os setores explorados, dominados e oprimidos. Tais movimentos, entretanto, podem ter um cunho conservador ou revolucionário, dependendo de sua concepção e práticas adotadas para a conquista de seus interesses que podem ser apenas imediatos ou mais estratégicos (MANCE, 1991, p. 3).

Diante das formulações apresentadas por Mance como subsídio para discussões preparatórias, e posteriormente para a sua criação, a Central de Movimentos Populares assumiu a concepção estratégica de movimento popular, entendida como aquela concepção que “afirma o papel estratégico do Movimento Popular no afetamento das estruturas do sistema capitalista e na sua superação, como também na superação da opressão e dominação nas relações do cotidiano” (MANCE, 1991, p. 20).

Todas essas reflexões devem ser compreendidas no contexto de uma conjuntura política e sócio-histórica de ascensão das lutas de resistência contra a

ditadura civil-militar no Brasil - em especial a partir do final da década de 1970 - e também de surgimento e/ou fortalecimento de mobilizações e organizações populares de natureza contra-hegemônica em favor da consolidação de um processo de redemocratização no país.

De nossa parte, e em absoluta concordância com essa perspectiva político-ideológica, vimos desenvolvendo algumas reflexões sobre o conceito de movimento popular e chegamos a estabelecer uma formulação provisória que vem sendo tomada como referência para as discussões do projeto:

Os movimentos populares são entendidos como a variedade de formas de organização autônoma dos setores das classes subalternas que atuam invariavelmente na perspectiva de enfrentamento ao sistema capitalista e ao seu instrumento de dominação: o Estado. Esses movimentos atuam sobre as contradições entre as classes subalternas e as condições de reprodução social da força de trabalho patrocinadas pelo Estado. Incluem-se na definição de movimentos populares todos os movimentos, grupos e organizações que atuam na área de circulação e consumo de mercadorias e de bens de uso coletivo (saúde, educação, transporte, abastecimento, saneamento básico), bem como os que se confrontam diretamente com o capital na área de reprodução social (exemplo dos sem terra e sem teto) e ainda aqueles que enfrentam a ideologia de dominação nas lutas políticas do cotidiano (ecológicos, direitos humanos, grupos de teatro). Nestes casos, exige-se que o movimento popular seja autônomo, ou seja, sem vínculos de dependência com Estado, empresa privada, Igreja, instituições de assessoria (ONGs). O fato de algumas organizações terem seu centro de decisão situados, em última instância, fora de seu próprio âmbito, os qualificaria em outra natureza de movimentos (MIANI, 2008).

Por outro lado, a partir de uma perspectiva político-ideológica diferente, já vinha sendo gestada, principalmente, a partir dos estudos de Alain Touraine (1980; 2006) e Ernesto Laclau (1986), outra interpretação a respeito dos movimentos sociais, que se consolidou naquilo que se convencionou caracterizar de “novos” movimentos sociais. A principal perspectiva apresentada é que os (“novos”) movimentos sociais teriam passado a dar centralidade às questões identitárias, assumindo novas demandas, localizadas no âmbito da sociedade civil, com vistas a garantir direitos

sociais. Nessa vertente teórica, a perspectiva de transformação social e de luta contra as formas de opressão e exploração visando à libertação social deixa de ser considerada como o horizonte político dos movimentos sociais.

Com a emergência dessa vertente interpretativa, inclusive aqueles movimentos reconhecidamente identificados com a perspectiva conceitual apontada por Mance (e também em nossos esforços de teorização) como movimento popular, passaram a ser analisados como exemplos de “novos” movimentos sociais, o que fez parecer que a absoluta maioria (senão, todas) as experiências de movimentos sociais confirmavam a tese de uma mudança definitiva da natureza, do sentido e da função de tais organizações sociopolíticas. Nessa lógica, (equivocadamente) os movimentos populares (principalmente, de concepção estratégica) teriam que ser considerados como anacrônicos ou até mesmo extintos.

Há que se reconhecer - e isso é parte do desafio assumido pelo nosso projeto de pesquisa em desenvolvimento - que houve mudanças significativas nos processos de organização social e política na sociedade brasileira desde o final da ditadura civil-militar (1964-1985). Novas formas de organização social e de articulação política se desenvolveram ao longo das últimas décadas em âmbito local ou nacional (e mesmo internacional) que exigem que se estabeleçam novas análises e compreensões acerca de como se constituem e de como se organizam os movimentos sociais.

Para esta tarefa, também recorreremos inicialmente a Ilse Scherer-Warren (2014), agora também ocupada e preocupada em estabelecer e distinguir os diferentes tipos de ativismo no Brasil atual. Como ponto de partida, a autora propõe elaborar uma tipologia que tem como orientação uma análise que se desloca “dos movimentos sociais às manifestações”. Para estabelecer a distinção entre movimentos sociais e manifestações, a autora esclarece:

Os movimentos sociais organizados têm uma relativa permanência temporal e no mundo contemporâneo tendem a se estruturar sob a forma de redes de militância que operam como uma estratégia para a construção de significados políticos ou culturais em comum, tendo em vista conquistar e mobilizar cidadãos e produzir transformações

sociais. Já nas manifestações de rua, em sentido estrito, são frequentemente reações conjunturais coletivas e públicas, que pretendem através do protesto criar visibilidade política, o reconhecimento das vozes dos cidadãos, seja através de seus movimentos ou do público em geral mobilizado para o evento político em si mesmo (SCHERER-WARREN, 2014, p. 13).

Em sua tipologia, definidora de um “quadro analítico para as diversas modalidades de ativismo” (SCHERER-WARREN, 2014, p.13), Scherer-Warren identifica cinco tipos distintos de organizações: a) movimentos sociais organizados; b) manifestações ou marchas dos movimentos sociais; c) manifestações amplas da cidadania e/ou dos “indignados”; d) manifestações-bloqueio ou “formas de ação nas ruas”; e) ação-manifesto sociocultural.

Para cada um dos tipos, a autora aponta alguns exemplos: para movimentos sociais organizados, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento Passe Livre e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto; para manifestações ou marchas dos movimentos sociais, Marcha Mundial das Mulheres, Marcha da Maconha e Grito dos Excluídos; para manifestações amplas da cidadania e/ou dos “indignados”, Diretas Já, Caras Pintadas e Manifestações de Junho/2013; para manifestações-bloqueio ou “formas de ação nas ruas”, Black Blocs e Anonymous; e para ação-manifesto sociocultural, a autora identifica os Rolezinhos e a Marcha das Vadias.

Scherer-Warren pondera que a complexidade da realidade empírica e as contradições internas das formas de atuação de cada um desses movimentos/ organizações/manifestações devem ser consideradas, mas argumenta que sua proposta de tipologia cumpre bem a tarefa de “diferenciar as formas de lutas cidadãs coletivas, referenciando-se especialmente na sociedade brasileira contemporânea a fim de compreender suas dinâmicas políticas internas e seu papel político na sociedade como um todo” (SCHERER-WARREN, 2014, p. 13). A autora defende, ainda, a ideia de que toda uma nova configuração da sociedade civil organizada com seus múltiplos tipos de ações coletivas e de mobilizações vai constituindo uma rede de movimentos sociais (SCHERER-WARREN, 2006).

Como pontuamos anteriormente, essa formulação de Scherer-Warren se apresenta como um ponto de partida bastante consistente para compreendermos as novas formas de organização social e de articulação política atual. Porém, pretendemos continuar aprofundando essa questão, pois consideramos necessário verificar a melhor definição e o espaço que deve ocupar outras formas de organização social que, por esta tipologia, não parece encontrar o seu lugar, como por exemplo, as cooperativas, os coletivos populares, as organizações sociais derivadas da ação de projetos de extensão universitária, as organizações de mídia independente, os fóruns, dentre outros. Além disso, ainda tem a questão dos movimentos populares que são desconsiderados (ou não reconhecidos) pela autora.

A COMUNICAÇÃO COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E POPULARES

80

A realidade das organizações e movimentos sociais no estado do Paraná segue de uma maneira mais ou menos representativa a tipologia apresentada por Scherer-Warren (2014). O levantamento parcial já realizado no contexto do projeto integrado, por meio de estudo exploratório, identificou a existência de vários núcleos de organização de movimentos sociais e de manifestações tal como organizou a referida autora.

Para além de organizar um mapeamento de quais são e onde atuam os movimentos sociais e populares no Paraná, também compõe o objetivo principal da atividade de pesquisa de nosso projeto verificar “se” e “como” a comunicação aparece nos seus processos organizativos e de mobilização. Consideramos que, dentre as estratégias de ação de tais movimentos, a comunicação deve ser compreendida e assumida como uma das mais importantes.

No entanto, a grande maioria desses movimentos não se utiliza da comunicação - ou utiliza de maneira muito tímida ou limitada - como parte de suas ações e estratégias políticas. Se tratarmos de comunicação popular e comunitária, essa

realidade é ainda mais residual. Como objetivo da atividade de extensão do projeto integrado, pretendemos

[...] desenvolver estratégias de formação, por meio de oficinas de comunicação popular e comunitária, e atuação junto aos dirigentes e lideranças dos movimentos populares no estado do Paraná, no sentido de fortalecer a compreensão da importância da comunicação em suas ações programáticas (MIANI, 2013, p. 14).

Para este artigo, apresentamos alguns resultados derivados do estudo exploratório que identificou a presença de algumas experiências ou práticas comunicativas produzidas por alguns movimentos sociais e populares no estado do Paraná.

Para iniciar, apresentamos o caso do Movimento Passe Livre. Sem ter uma efetiva condição de apresentar uma história ou caracterização do movimento, nos restringimos a assumir a síntese proposta por Scherer-Warren sobre a sua natureza. A respeito do Movimento Passe Livre, afirma a autora:

Trata-se, pois, de uma forma emergente de ser movimento, que articula as demandas “do aqui e agora” (preço da passagem) a um projeto ou utopia de transformação mais amplo e duradouro, que inclui mudanças sistêmicas e relativas a um direito mais universal para a mobilidade urbana (SCHERER-WARREN, 2014, p. 20).

Por fazer parte de um movimento organizado em nível nacional, e que também teve atuação decisiva nas “Manifestações de junho/2013”, a produção comunicativa do Movimento Passe Livre (MPL), nas várias regiões do Paraná (Curitiba, Guarapuava, Ponta Grossa e São José dos Pinhais) se apresenta bastante limitada.

FIGURA 1



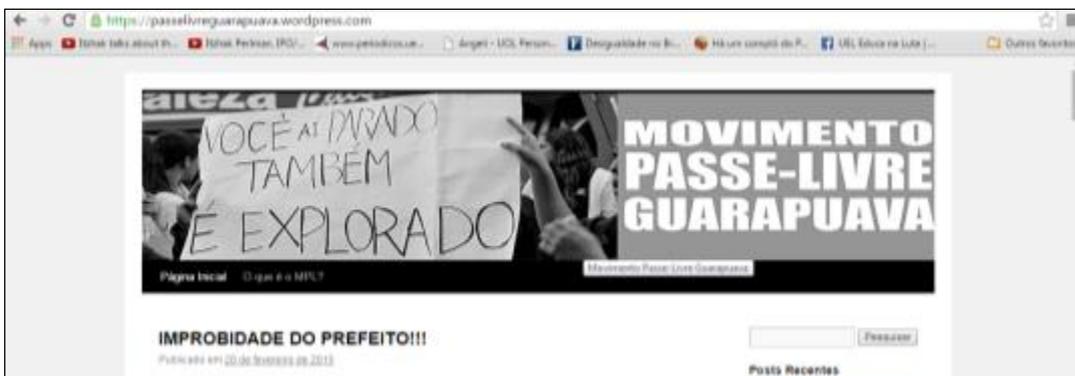
Fonte: Blog do Movimento Passe Livre - Curitiba/PR

FIGURA 2



Fonte: Página no Facebook do Movimento Passe Livre - Curitiba/PR

FIGURA 3



Fonte: Blog do Movimento Passe Livre - Guarapuava/PR

FIGURA 4



Fonte: Página no Facebook do Movimento Passe Livre - Ponta Grossa/PR

FIGURA 5



Fonte: Blog do Movimento Passe Livre - São José dos Pinhais/PR

Identificamos apenas a utilização da internet como plataforma para a produção comunicativa desses núcleos do MPL. Reconhecemos que no interior de blogs e páginas do Facebook há produções comunicativas de naturezas distintas, como textos analíticos, produção audiovisual, registros fotográficos, artes visuais de informação ou convocação para atos e mobilizações; porém, não identificamos outras formas e meios de comunicação que pudessem configurar a existência de uma política de comunicação do movimento.

Em Londrina/PR, a luta pelo transporte é assumida pelo Comitê pelo Passe Livre, Redução da Tarifa e Estatização do Transporte Coletivo. Tomando apenas como

base o estudo exploratório, não é possível constatar se há relação orgânica dessa organização com o Movimento Passe Livre nacional. Essa verificação é parte de uma demanda do projeto ainda a ser realizada. Apesar disso, o que se verificou é que, também nesse caso, a produção comunicativa dessa organização está centrada na utilização da internet, por meio de blog e página no Facebook. Alguma produção comunicativa impressa até foi identificada, mas pouco significativa para afirmar que há uma apropriação de outras formas e meios de comunicação por parte do Comitê pelo Passe Livre.

FIGURA 6



Fonte: Blog do Comitê pelo Passe Livre - Londrina/PR

FIGURA 7



Fonte: Página no Facebook do Comitê pelo Passe Livre - Londrina/PR

Outro movimento que apresentamos para esta análise é o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR). Surgido em 2005 para lutar em defesa dos direitos básicos da população em situação de rua, o MNPR tem garantido importantes avanços na construção de políticas públicas para esse segmento; merece destaque especial a participação do referido movimento na conquista da Política Nacional para a População em Situação de Rua, criada por meio de decreto assinado em dezembro de 2009. No Paraná, identificamos dois núcleos organizados do MNPR, localizados em Curitiba e em Londrina. O núcleo de Curitiba, inclusive, tem cumprido um papel de articulador nacional do movimento e, talvez por essa razão, tenha valorizado a comunicação como importante estratégia política. Identificamos uma página no Facebook e também um jornal impresso regular.

FIGURA 8



Fonte: Página no Facebook do Movimento Nacional da População de Rua - Núcleo Curitiba/PR

FIGURA 9



Fonte: Jornal “A Laje - a voz do povo da rua” do MNPR - Núcleo Curitiba/PR

Com relação ao jornal impresso, é preciso considerar que ele é produzido pelo Núcleo de Comunicação e Educação Popular (NCEP) da Universidade Federal do Paraná, conforme descrito na página virtual do NCEP:

O projeto é desenvolvido a partir de reuniões semanais às terças-feiras na sede do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR). Nesses encontros são levantadas pautas, apuradas informações, distribuídas tarefas e divulgados eventos relevantes. Eventualmente, os membros do projeto saem a campo para fazer matérias com pessoas em situação de rua. A redação da maior parcela do conteúdo, a revisão e a diagramação do veículo é de responsabilidade do NCEP. A impressão fica a cargo de sindicatos apoiadores que se revezam para imprimir a tiragem atual de mil exemplares por edição. [...] A Laje tem por objetivo ser um meio de luta para reivindicar os direitos da população em situação de rua. Para isso, tem acompanhado e feito a cobertura de eventos, campanhas e ações com foco na população de rua, como o Dia de Lutas, a Campanha do Agasalho e o Consultório na Rua. Quando necessário, o jornal também denuncia casos de injustiça e descaso contra a classe (NCEP, 2011).

Apesar de reconhecer como significativo o fato do Movimento Nacional da População de Rua - Núcleo Curitiba ter um veículo de comunicação impressa - e também uma página no Facebook -, as condições de autonomia do movimento no processo de produção comunicativa precisam ser problematizadas.

Essa mesma realidade ocorre com o Movimento Nacional da População de Rua - Núcleo Londrina, que também tem um jornal impresso, porém com periodicidade irregular. Trata-se do jornal “Marquise”, que é produzido pelos alunos da disciplina de Comunicação Comunitária do curso de Jornalismo da Universidade Estadual de Londrina.

No caso do jornal “Marquise”, já havia, desde o início da experiência de produção do jornal, a perspectiva de realização de uma oficina de comunicação popular e comunitária junto às lideranças do movimento, com vistas a potencializar a autonomia no processo de produção comunicativa, justamente, vinculado às ações de extensão do projeto integrado tratado neste artigo. Porém, essa condição ainda não foi realizada.

FIGURA 10



Fonte: Jornal “Marquise” do Movimento Nacional da População de Rua - Núcleo Londrina/PR

Em todos esses exemplos apresentados, e na maioria das demais práticas comunicativas já identificadas - como, por exemplo, do Movimento Popular de Saúde do Paraná (MOPS); Levante Popular da Juventude/Paraná; União por Moradia Popular do Estado do Paraná (UMP); Movimento Nacional de Luta por Moradias/Paraná (MNLN); União dos Mutuários e Moradores de Apucarana (UMMA); Rede de Mulheres Negras/Paraná - será necessário realizar uma análise profunda das suas condições de produção para verificar em que medida tais produções comunicativas podem ser consideradas como expressão de comunicação popular e comunitária.

Apesar disso, o estudo exploratório aqui analisado serviu para revelar que os movimentos sociais e populares no Paraná têm utilizado a comunicação como uma de suas estratégias políticas. O desafio a ser enfrentado na continuidade de nosso projeto será contribuir para que os movimentos diversifiquem as formas e os meios de comunicação utilizados e que suas práticas possam aplicar plenamente os pressupostos da comunicação popular e comunitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de reconhecermos as limitações de um estudo exploratório, consideramos que esse procedimento metodológico realizado ofereceu condições importantes para uma primeira aproximação da realidade da comunicação nos movimentos sociais e populares no Paraná.

Aprofundar as bases teóricas e conceituais para uma definição de movimentos sociais e de movimentos populares com vistas a compreender melhor as novas formas de organização social atuais; explicitar os pressupostos político-ideológicos da comunicação popular e comunitária; e intensificar e organizar o mapeamento dos movimentos e organizações sociopolíticas, bem como de suas práticas comunicativas, no estado do Paraná, são demandas que devem ser atendidas ao longo das próximas etapas de realização do projeto integrado em desenvolvimento.

Por fim, consideramos que a organização e a oferta das oficinas de comunicação popular e comunitária se apresentam como a principal expectativa de médio prazo para o conjunto dos sujeitos envolvidos no projeto e, tão logo, tenhamos as primeiras análises dessas experiências não tardaremos em disseminá-las.

89

REFERÊNCIAS

LACLAU, Ernesto. (1986). Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 2, vol. 1, out.

MANCE, Euclides André. (1991). **Algumas concepções de movimento popular**. Curitiba: Cefuria.

MIANI, Rozinaldo Antonio. (1991). **A comunicação popular nos movimentos sociais organizados**: as práticas comunicativas no âmbito da Central de Movimentos Populares (CMP) Regional de Londrina, Londrina. (Projeto de pesquisa apresentado junto ao Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina).

MIANI, Rozinaldo Antonio. (1991). **O papel estratégico da Comunicação Popular e Comunitária nos processos de organização e mobilização dos movimentos populares no estado do Paraná**, Londrina, 2013. (Projeto integrado de pesquisa e extensão

apresentado junto ao Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina).

MIANI, Rozinaldo Antonio. (2008). **Apontamentos sobre a definição de movimento popular na atualidade**. Londrina (mimeo).

MIANI, Rozinaldo Antonio; FREGONESI, Ludmilla Andrade. (2008). A política de comunicação como fator de organização e mobilização dos movimentos sociais e populares. In: FUSER, Bruno (org.). **Comunicação para a cidadania: caminhos e impasses**. Rio de Janeiro: E-papers, p. 53-63.

MIANI, Rozinaldo Antonio; LAIRÉ, Lorène Monique. (2010). A comunicação como estratégia de organização e atuação política: o caso da Central de Movimentos Populares (CMP) Regional Londrina. In: BARBALHO, Alexandre; FUSER, Bruno; COGO, Denise (org.). **Comunicação para a cidadania: temas e aportes teórico-metodológicos**. São Paulo: Intercom, p. 295-312.

NCEP. (2011). Movimento Nacional da População de Rua - Jornal A Laje. Curitiba. Disponível em: http://www.ncep.ufpr.br/novo/?page_id=724. Acesso em: 16 jul. 2015.

SCHERER-WARREN, Ilse. (1984). **Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica**. Florianópolis, Editora da UFSC.

SCHERER-WARREN, Ilse. (2006). Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr.

SCHERER-WARREN, Ilse. (2014). Dos movimentos sociais às manifestações de rua: o ativismo brasileiro no século XX. **Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 13, n. 28, p. 13-34, set./dez.

TOURAINÉ, Alain. (1980). Os movimentos sociais. In: FORACCHI, Marialice Mencarini; MARTINS, José de Souza (orgs.). **Sociologia e sociedade: leituras de introdução à Sociologia**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científica.

TOURAINÉ, Alain. (2006). Na fronteira dos movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 17-28, jan./abr.

SOBRE O AUTOR:

Rozinaldo Antonio Miani é Graduado em Jornalismo e História. Mestre em Ciências da Comunicação pela ECA/USP. Doutor em História pela Unesp/Campus Assis. Pós-doutor pela ECA/USP (Fundação Araucária). Professor do Departamento de Comunicação e do Programa de Mestrado em Comunicação da Universidade Estadual de Londrina (UEL/PR). Coordenador do Núcleo de Pesquisa em Comunicação Popular (CNPq). Coordenador do GP Comunicação para a Cidadania da Intercom. Email: mianirozinaldo@gmail.com